

# NEOCONSERVADORISMO E DIREITA RELIGIOSA NOS ESTADOS UNIDOS: FORMAÇÃO IDEOLÓGICA, “GUERRA CULTURAL” E POLÍTICA EXTERNA

Marcos Paulo dos Reis Quadros<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo investiga o neoconservadorismo nos Estados Unidos, visando compreender em que medida a direita religiosa provocou alterações nas concepções do movimento acerca da política externa e da “guerra cultural”. Para tanto, apresenta sucintamente os elementos centrais das demais correntes conservadoras ao longo da história – de Burke ao reacionarismo tradicionalista – e mapeia o contexto de formação e os principais apelos iniciais do neoconservadorismo. Com base nas obras de autores neoconservadores e acadêmicos, a pesquisa sugere que o neoconservadorismo possui singularidades diante dos conservadorismos tradicionais, o que se acentuou após o advento do “*compassionate conservatism*” desenvolvido pela administração de George W. Bush (2001-2009). A partir de então, os neoconservadores, mediante suporte da direita religiosa, teriam enfatizado as bandeiras da “guerra cultural” e da política externa assertiva baseada no “excepcionalismo americano”.

**Palavras-chave:** neoconservadorismo; direita religiosa; “guerra cultural”; política externa norte-americana.

## NEOCONSERVATISM AND RELIGIOUS RIGHT IN THE UNITED STATES: IDEOLOGICAL FORMATION, “CULTURAL WAR” AND FOREIGN POLICY

**Abstract:** The article investigates the neoconservatism in the United States in order to understand how the religious right has caused changes in the conceptions of the movement on foreign policy and “cultural war”. Thus, the article succinctly presents the main elements of the conservative currents throughout history – from Burke to traditionalist-reactionaries movements – and investigates the context of the genesis and the initial appeals of neoconservatism. Based on the works of neoconservative authors and academics, the research suggests that neoconservatism has singularities compared to traditional conservatism, which increased after the advent of the “*compassionate conservatism*” developed by the administration of George W. Bush (2001-2009). Since then, the neocons, supported by the religious right, have emphasized the flags of “cultural war” and assertive foreign policy based on “American exceptionalism”.

---

<sup>1</sup> Cientista político e doutorando em Ciências Sociais (PUCRS/UCP-Lisboa). Coordenador de Ensino da Faculdade América Latina (FAL) e pesquisador do Centro de Análises Econômicas e Sociais (CAES). E-mail: marcosrq@hotmail.com

**Keywords:** neoconservatism; religious right; “cultural war”; American foreign policy.

### Introdução

O termo “conservadorismo” tem origem incerta, e divididas estão as opiniões quando abordam o sentido que esse pensamento/ideologia adquiriu ao longo dos anos, apropriado que foi por uma gama heterogênea de intelectuais e grupos políticos. Contudo, pode-se assinalar que Edmund Burke (1729-1797) é reconhecido como genitor do conservadorismo político moderno<sup>2</sup>, admitindo-se também que o aparecimento desta concepção foi motivado justamente pela reação à revolução francesa e ao próprio sistema axiológico dela derivado.

O advento da modernidade fez supor que os velhos apelos do passado não encontrariam ressonância entre homens permanentemente expostos às ideias dos filósofos das luzes. Mas foi em plena modernidade ocidental que aqueles apelos foram renovados e que o *Ancien Régime* recebeu aplausos. Não é outra a justificativa para a constatação de Weffort, que se referindo a Burke, observa: “por paradoxal que possa parecer, o pensamento político da época moderna começa por este conservador”<sup>3</sup>.

Desde então, o conservadorismo assumiu diferentes carizes, moldando-se aos contextos históricos e políticos nos quais esteve inserido. Em virtude disso, seria factível assinalar que “o conservadorismo não existe. Existem *conservadorismos*”<sup>4</sup>. Sendo, portanto, plural, é possível associá-lo a uma plêiade de pensadores, a despeito dos enormes contrastes que ficam patentes nas suas respectivas formas de produzir intelectualmente. Para citar apenas personagens célebres, não seria demasiado heterodoxo se arrolássemos, sob o rótulo de conservadores, autores tão díspares como Louis de Bonald e T. S. Eliot, Charles Maurras e Eric Voegelin, Tocqueville e

---

<sup>2</sup>Porém, é imperativo ponderar que autores como Quinton outorgam a nomes anteriores a Burke, como Richard Hooker (1554-1600), o título de precursores do conservadorismo (QUINTON, Antony. *The politics of imperfection. The religious and secular traditions of conservative thought in England from Hooker to Oakeshott*. London: Faber e Faber, 1976).

<sup>3</sup>WEFFORT, Francisco (Org.). *Os Clássicos da Política*. São Paulo: Ática, 1989, p. 9.

<sup>4</sup>COUTINHO, João Pereira. *Conservadorismo*. Lisboa: Dom Quixote, 2014, p. 15.

Donoso Cortès, Coleridge e Michael Oakeshott, Russel Kirk e Leo Strauss, Isaiah Berlin e Irving Kristol.

Se for crível deduzir que o conservadorismo dificilmente poderia ser estimado como um bloco monolítico de pensamento e ação, o advento de rótulos como “conservadorismo reacionário”, “conservadorismo liberal” e “neoconservadorismo” não é surpreendente. Contudo, tecer uma história intelectual do(s) conservadorismo(s) em sua integralidade exigiria um esforço muitíssimo vasto, de modo que o presente artigo objetiva centrar-se na análise da mais recente manifestação deste pensamento em terras norte-americanas: o neoconservadorismo. À luz da pergunta “que elementos caracterizam o neoconservadorismo e qual o papel desempenhado pela direita religiosa para o incremento do protagonismo do movimento?”, pretende-se diferenciá-lo das demais acepções que o pensamento conservador ordinariamente manifestou e clarear seus sentidos na dinâmica da política interna e externa norte-americana na contemporaneidade.

Para além da compreensão de um fenômeno dotado de considerável influência na sociedade estadunidense, em *Think Tanks*<sup>5</sup> e no seio do Partido Republicano, a investigação também encontra justificativa no fato de que o ativismo político de atores religiosos de inclinação conservadora se faz sentir também em contextos como o brasileiro, de modo que a comparação pode ser potencialmente promissora para a necessária interpretação de suas motivações e métodos de ação.

O artigo é estruturado em três seções: 1) mapeamento de alguns dos valores essenciais do conservadorismo e de suas variações ao longo do tempo; 2) avaliação do neoconservadorismo em particular, acentuando-se sua gênese, seus principais apelos e as alterações desencadeadas pelas contribuições ofertadas pela direita religiosa e pelo “*compassionate conservatism*” fomentado pela administração capitaneada por George W. Bush (2001-2009); 3) considerações finais.

---

<sup>5</sup>Grupos ou organizações típicas do contexto norte-americano, nas quais se produz dados e se discute ideias a fim de defender interesses específicos.

### 1. O conservadorismo moderno e suas variantes

No que diz respeito à história do termo *conservadorismo* no vocabulário acadêmico-político, “muitos estudiosos admitem que sua verdadeira origem data mais precisamente do início da década de 1800, nos Estados Unidos”<sup>6</sup>. Já na França, “o termo foi criado pelo jornal de Chateaubriand, *Le Conservateur*, da década de 1820”, ao passo que na Inglaterra adquiriu popularidade em 1835, quando “tornou-se a designação oficial do partido *Torie*”<sup>7</sup>.

Superando a mera discussão referente às raízes da expressão, há quem afirme que o pensamento conservador, *per se*, teria gênese mais remota. Auerbach, à guisa de exemplo, adverte que “um trabalho sobre o conservadorismo precisa começar com *A República* de Platão”<sup>8</sup>. Na esteira deste raciocínio, não raro se concebe que o conservadorismo transcenderia qualquer sistematização que possa ter sido realizada por homens como Burke, caracterizando-se sobretudo como uma espécie de estilo de vida, como uma índole desde sempre inerente à própria psicologia humana: “as direitas se constituem e se difundem no campo metapolítico das relações sociais quotidianas, dos modos e estilos de vida, e da luta cultural”<sup>9</sup>. Nas palavras de Oakeshott, “pensa-se comumente que a atitude conservadora está profundamente enraizada naquilo a que se chama ‘natureza humana’”<sup>10</sup>. Não raro desejosos de preservar determinadas estabilidades, seríamos, todos, em alguma medida conservadores: “Apregoa-se, portanto, a ideia de que o conservadorismo é mais do que uma doutrina política: estaria incrustado na essência do ser humano”<sup>11</sup>.

À sua maneira, a Ciência Política apressa-se a reconhecer que o conservadorismo encarna um objeto notadamente amplo e impreciso, permeado por referências alheias ao fenômeno estritamente político:

---

<sup>6</sup>VINCENT, Andrew. *As ideologias políticas modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, p. 65.

<sup>7</sup>VINCENT, op. cit., p. 65.

<sup>8</sup>AUERBACH, Morton. *The Conservative Illusion*. New York: Columbia University Press, 1959, p. 5.

<sup>9</sup>PIERUCCI, Antônio Flávio. *Ciladas da diferença*. São Paulo: Editora 34, 1999, p. 18.

<sup>10</sup>OAKESHOTT, Michael. *Ser Conservador*. Lisboa: Gabinete de Estudos Gonçalo Borgonha, s/d, p. 8.

<sup>11</sup>SILVA, Antônio Ozaí. O pensamento conservador. *Espaço Acadêmico*, Maringá, v. 9, n. 107, pp. 53-55, abril de 2010, p. 55.

A inexistência de uma teoria política comum a que se possam referir todos aqueles que se autodefinem ou são definidos como conservadores, a pouca propensão dos conservadores a sistematizar as próprias ideias e o abuso que se faz desse termo na linguagem quotidiana, política ou não, fizeram com que se reduzisse o Conservadorismo a uma atitude e se estudasse desde o ponto de vista psicológico, na busca das motivações que impelem certos indivíduos a assumir posições consideradas na prática política como conservadoras<sup>12</sup>.

Pode-se ser simultaneamente conservador em política e “progressista” em matéria de costumes (ou vice-versa), até porque, como pondera Bonazzi, há um “abuso” no uso do termo “conservador” nas relações sociais. Porém, há formas de conservadorismo plausíveis de serem classificadas como eminentemente políticas, excedendo a esfera psicológica ou comportamental. Assim subsidiado, Huntington frisa que “a teoria do conservadorismo possui ordens e propósitos diferentes de outras teorias políticas, mas permanece sendo uma teoria. O conservadorismo não é apenas a ausência de mudança. Ele é uma resistência articulada, sistemática e teórica à mudança”<sup>13</sup>.

De fato, nada causa mais ojeriza a Edmund Burke, o *founding father* do conservadorismo moderno, do que a ruptura radical. Em virtude disso, o pensador irlandês advoga para si a defesa de valores que estiveram presentes na política e no imaginário de inúmeras culturas políticas durante muito tempo. Mesmo incorrendo no risco da simplificação, pode-se inferir que a *Weltanschauung* tradicional esposada por significativa fatia das sociedades antigas e medievais no ocidente foi permeada por uma religiosidade muito presente, pela aceitação das hierarquias nas relações sociais, pela família patriarcal, por códigos de moralidade longamente erigidos e apenas penosamente afrontados, pelo senso de comunidade e pela legitimação de uma ordem política comumente ancorada na monarquia.

---

<sup>12</sup>BONAZZI, Tiziano. Conservadorismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 1998, pp. 242-246, p. 242.

<sup>13</sup>HUNTINGTON, Samuel. Conservatism as an Ideology. *The American Political Science Review*, Washington, v. 51, n. 2, 1957, pp. 454-473, p. 461.

## DOSSIÊ ESTADOS UNIDOS: POLÍTICA, CULTURA, SOCIEDADE E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Se semelhantes estruturas são ameaçadas por doutrinas seculares subitamente “reveladas” (como é o caso do jacobinismo), a palavra de ordem para o conservadorismo é a desconfiança. Sob a ótica de Burke e de boa parte de seus “herdeiros”, a sociedade precisa ser gerida com embasamento na consciência da compleição imperfeita dos homens e nos princípios consagrados pela experiência; pelo acúmulo de saberes adquiridos pelos povos, geração após geração. Rupturas ancoradas em *insights* individuais de quem quer que seja abrem caminho à tirania e merecem nosso ceticismo. Cimenta-se nisso a ideia conservadora de que “a verdade prática é encontrada nos costumes e nas tradições. Os verdadeiros legisladores agem por esses impulsos práticos”<sup>14</sup>.

De acordo com Burke, os valores que ordenaram a sociedade estão incrustados na própria realidade e a ela se adaptaram através de sucessivos testes, o que nos permitiria prescindir do aval dos teóricos para mantê-los. É o próprio autor de *Reflections on the Revolution in France* quem ironiza a presunção que entorpeceria aqueles que denomina “literatos cabalistas”, “filósofos da intriga” e “políticos teológicos”<sup>15</sup>. As críticas aos mentores da derrubada da Bastilha incidem também sobre os resultados práticos da revolução em diversas frentes, e Burke não poupa adjetivos:

Nos últimos tempos estávamos em perigo de sermos presos pelo exemplo da França na rede de um despotismo implacável. [...] Nosso presente perigo está no exemplo de um povo cujo caráter não conhece a ponderação; é, no que diz respeito ao governo, o perigo da anarquia, o perigo de ser levado, através de uma admiração à fraude bem-sucedida e à violência, a uma imitação dos excessos de uma irracional, inescrupulosa, confiscatória, saqueadora, feroz, sangrenta e tirânica democracia. Do lado da religião, o perigo do seu exemplo não é mais a intolerância, mas o ateísmo, uma falta, um vício antinatural, inimigo de toda a dignidade e consolação da humanidade<sup>16</sup>.

Despotismo, anarquia, confiscação, derramamento de sangue: eis os frutos da marcha revolucionária que prometera libertar a França. Como

---

<sup>14</sup>VINCENT, Andrew. *As ideologias políticas modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, p. 81.

<sup>15</sup>BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a revolução em França*. Brasília: Editora da UNB, 1982, p. 208.

<sup>16</sup>BURKE, op. cit., p. 139.

consequência, a “tirânica democracia” recém-instituída é o oposto da bela (mas ilusória) utopia ensejada pela tríade “liberdade, igualdade e fraternidade”, atentando também contra a “consolação” proporcionada pela religião. Em nome da redenção dos povos anunciada pelo racionalismo iluminista, aplica-se o terror e a violência como instrumentos legítimos de governança.

No entanto, o conservadorismo não se esgota no ceticismo de Burke. Embora chegue-se a considerar que “mais do que qualquer ideologia política, o conservadorismo pode ser condensado em um breve catálogo de princípios ou conceitos que constituem o catecismo comum a todos os pensadores conservadores”<sup>17</sup>, existem variações evidentes no *modus operandi* dos conservadorismos, fato que subsidia o emprego do termo no plural: “porque plurais foram as expressões dessa ideologia no tempo e no espaço”<sup>18</sup>.

É o caso do reacionarismo. Dificilmente será automática a associação entre o conservadorismo clássico e a mentalidade reacionária para além do respeito às tradições e à religiosidade (religiosidade que, aliás, nem sempre é exatamente incentivada por conservadores seculares). Além disso, o radicalismo que geralmente acompanha o reacionário é, em si, contrário ao princípio da moderação e da prudência que pauta as correntes majoritárias do pensamento conservador quando abordam a ação política.

O comportamento reacionário no campo político supõe uma aversão às mudanças sociais que não se limita à antipatia passiva ou à contestação intelectual: transforma-se em atitude radical de corte intrinsecamente reversionista. O foco não é exatamente frear as transformações promovidas pelo progressismo, mas reconduzir a ordem política para um estágio anterior, para uma fase onde a semente da transformação sequer havia sido semeada. Intenta-se, nas palavras de Antony Quinton, uma “revolução

---

<sup>17</sup>HUNTINGTON, Samuel. Conservatism as an Ideology. *The American Political Science Review*, Washington, v. 51, n. 2, 1957, pp. 454-473, p. 469.

<sup>18</sup>COUTINHO, João Pereira. *Conservadorismo*. Lisboa: Dom Quixote, 2014, p. 15.

## DOSSIÊ ESTADOS UNIDOS: POLÍTICA, CULTURA, SOCIEDADE E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

negativa”<sup>19</sup>, visto que o reacionário é “um crítico da sociedade existente que deseja recriar no futuro um ideal que ele assume ter existido no passado. É um radical”<sup>20</sup>.

Logo, a mentalidade reacionária ora referida é essencial e invariavelmente antimoderna (ou pré-moderna). Em sentido mais abrangente do que restaurar as instituições políticas de acordo com certos moldes que precederam o racionalismo, o reacionarismo se insurge contra o *ethos* mesmo da modernidade. Aquele que Aleksandr Dugin classifica como “conservadorismo fundamental”, portanto, “nega o vetor fundamental do progresso histórico” e “*per se* se opõe ao tempo”<sup>21</sup>. Sua batalha é, em suma, antissistêmica.

Nostálgicos da mentalidade pré-moderna, “paleoconservadores” referenciais como Joseph de Maistre, Louis de Bonald e Charles Maurras propõem um regresso às tradições cristãs de outrora<sup>22</sup>, o que ocorreria por meio de uma ação política sem tréguas que ofertaria nova esperança de redenção para as sociedades roídas pelo pecado, pela anomia e pelas ideologias progressistas. A “idade dourada” a recuperar teria se feito representar pela Idade Média (católica, sacral e hierárquica). Para Maurras, foi este o período no qual “a velha França professou este catolicismo tradicional”, que baseado no “sentimento cristão e na disciplina recebida do mundo grego e romano, traz com ele a ordem natural da humanidade”<sup>23</sup>.

Embora desprovida do ímpeto místico-religioso e da intransigência política inerente ao reacionarismo tradicionalista, o conservadorismo liberal

---

<sup>19</sup>QUINTON, Antony. *The politics of imperfection*. The religious and secular traditions of conservative thought in England from Hooker to Oakeshott. London: Faber e Faber, 1976, p. 19.

<sup>20</sup>HUNTINGTON, Samuel. Conservatism as an Ideology. *The American Political Science Review*, Washington, v. 51, n. 2, 1957, pp. 454-473, p. 460.

<sup>21</sup>DUGIN, Aleksandr. *A quarta teoria política*. Curitiba: Editora Austral, 2013, p. 131.

<sup>22</sup>Entretanto, o reacionarismo de inclinação conservadora não se esgota no reversionismo cristão. Autores como Julius Evola (1898-1974), por exemplo, sustentam que “as primeiras forças da decadência no sentido antitradicional começaram a manifestar-se de maneira palpável logo entre os séculos VIII e VI A.C.” (EVOLA, Julius. *Revolta Contra o Mundo Moderno*. São Paulo: IRGET, 2010, p. 12). A “decadência”, portanto, remonta há tempos quase imemoriais. A humanidade está a experimentar desde então não o progresso, mas o retrocesso rumo à escatologia e à morte (e, em certo sentido, o próprio cristianismo seria um desses sintomas).

<sup>23</sup>MAURRAS, Charles. *Trois idées politiques*. Paris: l’Association des Amis de la Maison du Chemin de Paradis, 2008, p. 4.



também alicerça seus pressupostos no apelo da tradição. No entanto, para esta corrente do conservadorismo, a tradição não remonta necessariamente à verdade divinamente revelada, repousando antes nos costumes sociais já testados pela marcha do tempo<sup>24</sup>, o que pode incluir valores como livre mercado, liberdade individual<sup>25</sup>, governo limitado e democracia.

Não é novidade que na práxis política do liberalismo a apologia da democracia parlamentar seja bastante difundida, o que só não foi integralmente acatado por correntes mais ou menos marginais do conservadorismo histórico. No entanto, fatos específicos do século XX fizeram com que os princípios do governo representativo fossem bandeiras cardeais também para os grupos dominantes do conservadorismo hodierno. A ascensão dos regimes totalitários de esquerda e lógica da Guerra Fria aproximou grande parte dos liberais e conservadores, e tudo então levava a crer que os eventuais pontos de divergência entre ambos sucumbiriam no futuro próximo em virtude do consenso de que era preciso unir forças para combater a ameaça comunista.

Porém, a corrente conhecida como “neoconservadorismo” provoca a primeira fissura na aliança recém-formada. Tentar-se-á compreender esse fenômeno nas linhas seguintes.

## 2. A emergência do neoconservadorismo e seus significados

Tendo como berço os Estados Unidos, o neoconservadorismo foi inicialmente formado por liberais<sup>26</sup> descontentes com o assistencialismo estatal e com a falta de assertividade na política externa em relação à Moscou. Ainda na década de 1930, os chamados *Intelectuais de Nova Iorque* (um grupo de artistas e literatos confessadamente marxista que passa a repudiar o stalinismo) são marginalizados pela esquerda e paulatinamente

---

<sup>24</sup>Como consequência, a religião *pode* ser apenas mais um elemento que compõe a paisagem de tais costumes.

<sup>25</sup>Porém, é preciso frisar que o individualismo não encontra receptividade uníssona entre todos os conservadores, que tendem à simpatia pelo comunitarismo.

<sup>26</sup>No sentido em que o termo é utilizado nos Estados Unidos.

## DOSSIÊ ESTADOS UNIDOS: POLÍTICA, CULTURA, SOCIEDADE E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

sofrem atração dos grupos conservadores, neles se fundindo com o progressivo acirramento da Guerra Fria<sup>27</sup>.

No entanto, as ações iniciais mais consistentes daqueles que seriam conhecidos apenas posteriormente como neoconservadores se processam através da discussão promovida pela *National Review*<sup>28</sup> (mais abertamente “à direita”) e pela *The Public Interest*<sup>29</sup> (liberais descontentes), tendo como norte a preocupação com os rumos do conservadorismo e da política externa estadunidense em particular.

O movimento ganha força considerável a partir da década de 1970, quando coopta parcelas importantes da *intelligentsia* dos Estados Unidos, acentua seu anticomunismo e concilia a moralidade tradicionalmente defendida por grupos conservadores com o liberalismo econômico e a democracia, apelos que centralizaram as ações de órgãos como o *Committee on the Present Danger*<sup>30</sup>.

Finalmente, o neoconservadorismo se torna um *player* decisivo na década seguinte, com o advento do governo Reagan. No âmbito de um visível processo de enfraquecimento da União Soviética, onde a Guerra Fria rumava para o esgotamento e para o triunfo do bloco liderado pelos Estados Unidos, a bipolaridade que caracterizava a ordem internacional desde 1945 cedia lugar à emergência de um mundo unipolar no qual o capitalismo e a democracia liberal despontariam como únicos arranjos aceitáveis, levando autores como Fukuyama<sup>31</sup>, no auge da excitação, a decretarem o “fim da história”.

---

<sup>27</sup>BLOCH, Avital. El neoconservadorismo en Estados Unidos: una historia concisa. In: NÚÑEZ, Silvia; VERA, Mónica (coords.). *El conservadorismo en Estados Unidos y Canadá: tendencias y perspectivas hacia el fin del milenio*. Ciudad del Mexico: UNAM, 1997, pp. 49-74.

<sup>28</sup>A revista foi fundada em 1955 e desde então se consolidou como importante *locus* para o fluxo das ideias conservadoras nos Estados Unidos.

<sup>29</sup>Criada em 1965. Nas palavras do fundador da revista, Irwin Kristol, “Embora a fundação da *The Public Interest* seja, em geral, vista como a origem do ‘neoconservadorismo’ [...], o grupo principal que se reunia em torno da revista ainda se via como liberal, ainda que de uma tendência dissidente e revisionista. Eu era o mais conservador de todos” (KRISTOL, Irving. *Neoconservatism. The autobiography of an idea*. New York: The Free Press, 1995, p. 31).

<sup>30</sup>Fundada ainda na década de 1950, a organização opera como um grupo de pressão voltado especificamente à defesa de uma política externa assertiva por parte dos Estados Unidos.

<sup>31</sup>FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

Embebidos por esse entusiasmo, os neoconservadores norte-americanos, por estratégia ou por convicção, potencializam a proeminência das demandas de um ator que plasmaria sua identidade: a direita religiosa. Entidades como a *Moral Majority*, *The Religious Roundtable* e *Christian Voice*, bem como agremiações religiosas de inclinação conservadora (sobretudo igrejas evangélicas de “renascidos”<sup>32</sup>), tornam-se aliadas naturais dos “neocons”. Contrários à dinâmica que então guiava o *welfare state*<sup>33</sup>, neoconservadores e religiosos de direita concordavam que os Estados Unidos haviam sido mergulhados em uma crise moral justamente porque as políticas do Partido Democrata ultrajavam o papel da família e da religião, promovendo a licenciosidade moral, a contracultura, o assistencialismo, o inchaço excessivo do Estado, a complacência com a criminalidade e a leniência com o bolchevismo russo.

A partir disso, o liberalismo propriamente dito torna-se alvo de aguda contestação, na esteira da contribuição de intelectuais como Leo Strauss e Gertrude Himmelfarb, que denunciaram o descaso moral que seria inerente às doutrinas liberais<sup>34</sup>. A sociedade norte-americana, em síntese, estaria sendo induzida ao desprezo pelos valores judaico-cristãos tradicionais, perdendo sua identidade e sua fortaleza. Esse discurso certamente obteve vultosa audiência, e o grupo neoconservador/direita religiosa ingressa em um novo patamar de prestígio político: “tanto para os neoconservadores,

---

<sup>32</sup>Os “*born again*” são como são conhecidos os cristãos convertidos nos Estados Unidos. Quando se aceita Jesus Cristo, o crente adquire simbolicamente uma vida nova, renasce.

<sup>33</sup>Embora os primeiros neoconservadores tenham sido críticos severos do *welfare state*, há uma interpretação diferente a partir da proclamação do “*compassionate conservatism*”, como veremos nos próximos parágrafos. Nesse sentido, os neoconservadores “também rompem com os conservadores tradicionais na arena da política interna ao fazerem as pazes como o *welfare state*, contra o qual os conservadores têm declarado guerra durante décadas” (STELZER, Irwin. *Neoconservatives and their critics*. An introduction. In: STELZER, Irwin (org.). *The neocon reader*. New York: Atlantic Books, 2004, pp. 3-27, p. 20).

<sup>34</sup>Os efeitos da neutralidade moral que costumam vigorar sob o liberalismo foram percebidos também por T. S. Eliot, outro destacadíssimo poeta e intelectual conservador: “através da destruição dos hábitos sociais tradicionais do povo, através da dissolução de sua consciência coletiva natural em constituintes individuais, através do licenciamento da opinião dos mais néscios, através da substituição da instrução pela educação, através do encorajamento da esperteza em vez da sabedoria, do sucesso rápido, em vez da qualificação [...] o liberalismo pode preparar o caminho para aquilo que é a sua própria negação: o controle artificial e brutal, que é o remédio desesperado para o caos” (ELIOT, Thomas Stearns. *The idea of a Christian society*. London: Faber, 1946, p. 77.)

## DOSSIÊ ESTADOS UNIDOS: POLÍTICA, CULTURA, SOCIEDADE E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

como para a direita Cristã, os anos 1980 foram de consolidação de suas posições. A chegada de Ronald Reagan à Casa Branca sinalizou a possibilidade de pôr em prática algumas de suas principais propostas<sup>35</sup>.

Contudo, se Reagan havia contribuído para o êxito de algumas das ideias dos “*neocons*”<sup>36</sup>, o movimento ganharia um fôlego definitivo anos depois, quando George W. Bush ascende ao poder (2001) e inicia uma série de políticas públicas claramente simpáticas aos apelos da direita religiosa. Sua proposta de um “conservadorismo solidário” (*compassionate conservatism*)

[...] põe fim àquela que, durante um longo período do tempo, tinha sido a maior retórica do Partido Democrata, a sua reivindicação declaradamente vazia do monopólio no cuidado dos mais desfavorecidos. Trata-se de um extraordinário movimento de *jiu-jitsu* político<sup>37</sup>.

Mas os neoconservadores, incorporando o princípio de que a atenção aos pobres deve ser uma causa política, tratam a questão sob um prisma totalmente diverso daquele que guiara o Partido Democrata e sua concepção

---

<sup>35</sup>FINGUERUT, Ariel. Formação, crescimento e apogeu da direita cristã nos Estados Unidos. In: SILVA, Carlos Eduardo. *Uma nação com alma de igreja: religiosidade e políticas públicas nos EUA*. São Paulo: Paz e Terra, 2009, p. 127.

<sup>36</sup>Seymour Lipset não avaliza inteiramente essa concepção, e observa que “o termo ‘neoconservador’ rapidamente se tornou parte do discurso político. Muitos, particularmente fora dos Estados Unidos, não sabiam que a palavra se aplicava a intelectuais esquerdistas e liberais (no sentido americano) que eram ferozmente anticomunistas, encontrando-se separados da comunidade liberal por razões de política externa, mas mantendo-se apoiantes do Estado-Providência planejador das políticas do *new deal*. [...]. Algumas dessas pessoas foram subsequentemente designadas por Reagan para ocuparem cargos no Departamento de Estado e Defesa, embora não em áreas de política interna, onde discordavam de Reagan. Ironicamente, os europeus, canadianos e outros não americanos, ignorando estes antecedentes, começaram a presumir que ‘neoconservador’ significava apoiante das políticas internas de Reagan, anti-estatistas, de redução do Estado” (LIPSET, Seymour Martin. *Esquerda e Direita: conflito ideológico do século XX*. In: ESPADA, João Carlos; PLATTNER, Marc; WOLSON, Adam. *Direita e Esquerda? Divisões ideológicas no século XXI*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2007, pp. 11-18, p. 17-18). No entanto, a afirmação de Lipset é controversa, se considerarmos, por exemplo, que um dos principais planos de redução de impostos da administração Reagan (e que, portanto, trazia consigo a diminuição do Estado e dos recursos aos programas assistenciais), a proposta Conable-Hance, foi apoiada por neoconservadores como o próprio Kent Hance, um dos autores da proposta. Hance, como outros *neocons*, pertenceu ao grupo dos *boon-weevil*, democratas do sul que esposavam ideias conservadoras e que estiveram na origem do movimento. Ademais, as políticas de Reagan no sentido de inibir o aborto e promover orações nas escolas públicas claramente se sintonizaram com as demandas dos *neocons*. Logo, é difícil sustentar que a concordância entre Reagan e os neoconservadores limitava-se à política externa.

<sup>37</sup>MAGNET, Myron. O que é conservadorismo solidário? In: ESPADA, João Carlos; PLATTNER, Marc; WOLSON, Adam. *Direita e Esquerda? Divisões ideológicas no século XXI*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2007, pp. 103-112, p. 104.

de *welfare state*. De acordo com Stelzer, “Bush escolheu o termo ‘*compassionate conservatism*’ para descrever sua própria concepção de conservadorismo, valendo-se do título de um dos grandes livros da professora Himmelfarb, *Poverty and Compassion: The Moral Imagination of the Late Victorians*”<sup>38</sup>. A lógica norteadora do livro é a de que a autêntica promoção do bem muitas vezes depende da adoção de instrumentos que ordinariamente podem soar amargos. Nesse sentido, a eficácia do bem e da ajuda aos carentes deve estar à margem das sensibilidades daqueles que estão tentando servir.

Logo, os benefícios sociais conferidos pelo Estado aos pobres deveriam ser cortados a fim de incentivar as pessoas a saírem da pobreza por meio do esforço pessoal e da mudança de mentalidade, migrando da condição de *losers* para a de *winners*. Quando o pobre se liberta moral e economicamente da dependência estatal, o remédio, que a princípio seria amargo, mostrar-se-ia eficaz e produziria o verdadeiro bem. Conduta similar, concluem os neoconservadores, deve ser adotada diante do crime: punindo-se rigorosamente as condutas criminosas, os potenciais praticantes do ilícito seriam dissuadidos, e a sociedade estaria lhes fazendo um bem. Em resumo, “o ponto de partida do neoconservadorismo é: aceitar o *welfare state*, sim; mas também retrocedê-lo às suas raízes vitorianas para concentrar recursos nos pobres que fazem por merecer”<sup>39</sup>.

Com base nesta visão, a administração Bush promove, por exemplo, a reforma no sistema previdenciário norte-americano (a fim de introduzir a lógica da responsabilidade individual e da ética do trabalho ao invés de simplesmente ofertar pensões gratuitamente aos pobres) e a política de “tolerância zero” diante da criminalidade, já que “quando antigos bairros dominados pelo crime são policiados dessa forma e a ordem regressa, a sociedade civil pode começar a estender suas asas”<sup>40</sup>. Paralelamente, o

---

<sup>38</sup>STELZER, Irwin. Neoconservatives and their critics. An introduction. In: STELZER, Irwin (org.). *The neocon reader*. New York: Atlantic Books, 2004, pp. 3-27, p. 19.

<sup>39</sup>STELZER, op. cit., p. 20.

<sup>40</sup>MAGNET, Myron. O que é conservadorismo solidário? In: ESPADA, João Carlos; PLATTNER, Marc; WOLSON, Adam. *Direita e Esquerda? Divisões ideológicas no século XXI*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2007, pp. 103-112, p. 109.

influxo dos movimentos religiosos se faz sentir nas políticas públicas, uma vez que o governo também promove programas como os de incentivo à abstinência sexual antes do casamento (com o intuito de frear o aumento dos contingentes dependentes do Estado e fomentar a responsabilidade da paternidade e do casamento como valor moral/religioso) e o subsídio estatal para suportar as ações sociais de grupos cristãos, como os “cheques-educação” (que permitem que os pais escolham as escolas em que seus filhos estudarão, esquivando-se do ensino público e abrindo margem à matrícula em escolas confessionais).

No bojo de tais propostas emergem alguns dos principais pontos de divergência entre correntes do conservadorismo e do liberalismo na atualidade. O contraste se dá sobretudo devido à ideia neoconservadora de que seria imperativo moralizar a vida pública, fomentando os valores judaico-cristãos através do apoio aos movimentos religiosos, em detrimento de uma ótica materialista/secular que estaria denegrindo o autêntico sentido da sociedade estadunidense. Em outras palavras, o alardeado *american way of life*, baseado no consumo, no individualismo e na licenciosidade moral, deveria ceder espaço à ética cristã. Os hábitos cosmopolitas que campeiam nas grandes metrópoles se chocam com os sentimentos da “América Profunda”, religiosa e tradicional. Como consequência, os atores políticos não poderiam ficar inertes.

Assim, “o conservadorismo solidário tomou parte nas guerras culturais”<sup>41</sup>, e a política conservadora (re)adquire novos objetivos que estão muito além daquele limitado remédio destinado a amainar a imperfeição humana, o que justifica o governo para pensadores como Oakeshott. Como pondera Irving Kristol, “alargando a visão conservadora para incluir a filosofia moral, a filosofia política e mesmo o pensamento religioso, ajudou-se a tornar o conservadorismo politicamente mais sensível e politicamente mais atrativo”<sup>42</sup>. A modificação era necessária porque se enfrenta de uma guerra ideológica ativa:

---

<sup>41</sup>MAGNET, op. cit., p. 108.

<sup>42</sup>KRISTOL, Irving. *Neoconservatism*. The autobiography of an idea. New York: The Free Press, 1995, p. 37.

Os extremistas da contracultura desapareceram por volta de 1976, mas os resíduos são mais duradouros. Seus efeitos sobre aquilo que tem sido chamado de política liberal foram profundos. A contracultura era muito mais ampla do que o movimento pacifista com o qual foi associada, e, acredito, constituiu uma rejeição arrebatadora às atitudes, valores e objetivos tradicionais americanos. A contracultura submetia praticamente todos os aspectos da vida e da cultura norte-americana à crítica e ao repúdio<sup>43</sup>.

As críticas dos *neocons* não se limitam aos movimentos da década de 1960 (*hippies, Nova Era, “Maio de 1968”*). Se a América cristã e os “valores e objetivos tradicionais americanos” estão em perigo, o neoconservadorismo empregará todos os meios necessários para defendê-los no campo das ideias e não perderá a oportunidade de mantê-los vigorosos quando ascender ao governo. A ação política, pois, tem um dever moral com Deus e com as tradições éticas da religiosa América dos antepassados, dos *founding fathers*, já que “moralidade e poder americano eram indissociavelmente ligados à luz da concepção tradicional”<sup>44</sup>.

Para além de êxitos relativos na formatação da agenda política, essa modalidade de proselitismo político se intensifica ainda mais nos Estados Unidos após os atentados terroristas de setembro de 2001. Diante da ameaça vinda de facções islâmicas jihadistas, a direita religiosa, em parceria com o conservadorismo estadunidense, responde com a sua própria bandeira de combate: a democracia e os valores cristãos ocidentais têm abrangência universal e devem ser implantados mesmo que para tanto seja preciso arcar com os ônus do enfrentamento militar. Assim, os neoconservadores “colocam sua fé não em pedaços de papel, mas no poder, especificamente no poder dos Estados Unidos”, já que “os neoconservadores de fato acreditam que democracia e liberdade são melhores para a vida das pessoas. Mas eles vão além do mero dogodismo e argumentam que ao difundir a democracia o ocidente assegura a manutenção de uma ordem mundial próspera e segura”, especialmente porque “pessoas de todos os

---

<sup>43</sup>KIRKPATRICK, Jeane. Neconservatism as a response to the counter-culture. In: STELZER, Irwin (org.). *The neocon reader*. New York: Atlantic Books, 2004, pp. 234-249, p. 235.

<sup>44</sup>KIRKPATRICK, op. cit., p. 236.

lugares compartilham valores ocidentais e desejam a liberdade na forma como esse termo é entendido no ocidente”<sup>45</sup>. Em outras palavras,

Os neoconservadores se opõem a todos os totalitarismos: ‘ontem a Alemanha nazista e a URSS, hoje o islamismo’. Eles são os campeões da exportação agressiva de valores que eles chamam de ‘americanos’, mas que são quase indistinguíveis do pacote da modernização: liberdades individuais, democracia, segurança coletiva, etc. Acreditam que o expansionismo democrático poderia derrotar os terroristas. Embora sua influência tenha sido exagerada, os ‘neocons’ pressionaram a favor da guerra no Iraque, que logo se tornou o símbolo da ‘cruzada democrática’ proclamada por Bush<sup>46</sup>.

Nasce daí um modo bastante enérgico de se implantar a política externa, que contou com inúmeros adeptos no interior do Partido Republicano (lembremo-nos da ascensão do *Tea Party*) e em expressivas fatias da sociedade civil estadunidense. Ainda que a democracia e o livre mercado sejam demandas permanentes, o neoconservadorismo aposta especialmente no chamado “excepcionalismo americano”<sup>47</sup> fundamentado pela moral religiosa que se insere no campo político, relativiza certos dogmas do Estado laico e outorga nova conotação à ideia de liberdade:

O conceito de liberdade humana como uma característica que define o conservadorismo – característica que foi energeticamente defendida por Barry Goldwater, Margaret Thatcher e Ronald Reagan – lentamente foi-se desviando em direção a uma insistência na ‘remoralização da América’ e também no resto do mundo. ‘Remoralizar’ o mundo também significava exportar agressivamente a democracia *made in América* onde fosse possível<sup>48</sup>.

<sup>45</sup>STELZER, Irwin. Neoconservatives and their critics. An introduction. In: STELZER, Irwin (org.). *The neocon reader*. New York: Atlantic Books, 2004, pp. 3-27, p. 10. Contudo, no próprio livro organizado e introduzido por Stelzer há argumentos um tanto diversos, à medida que valorizam instrumentos como o *soft power* norte-americano e a necessidade de se criar uma cultura capaz de acolher a democracia antes de simplesmente impô-la a povos que convivem reiteradamente com o autoritarismo (ver, no mesmo livro, o ensaio de George Will, *The Slow Undoing: the assault on, and the underestimation of, nationality*). É redundante referir que correntes mais pluralistas do conservadorismo – e muitas delas flertam mesmo como o relativismo – consideram que as especificidades culturais de cada povo devem ser respeitadas antes de tudo, porque refletem suas tradições (um bom reflexo dessas correntes está visível nos argumentos de O’DONOVAN, Oliver. Democracia e representação: uma perspectiva teológica. In: ESPADA, João Carlos (org.). *Democracia Liberal e Religião*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa Editora, 2007, pp. 49-72).

<sup>46</sup>DEMANT, Peter. Desafios islamistas, respostas ocidentais. *Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, n. 3, 2004, pp. 1-28, p. 17.

<sup>47</sup>A ideia original acerca do excepcionalismo norte-americano está na clássica obra de Tocqueville, *A Democracia na América*, publicada ainda na primeira metade do século XIX.

<sup>48</sup>SULLIVAN, Andrew. *A alma conservadora*. Lisboa: Quetzal, 2010, p. 164.



Trata-se, enfim, de uma forma de conservadorismo apenas parcialmente liberal, à medida que entende que a função do Estado é algo mais do que apenas manter as liberdades individuais. Para o neoconservadorismo, ressalte-se mais uma vez, a política é verdadeiramente missionária: além de manter as instituições tradicionais, deve moralizar as sociedades a partir dos ensinamentos divinos.

### **Considerações finais**

Investigamos sucintamente o pensamento de Edmund Burke e algumas das correntes que herdaram a ideologia conservadora ou a reinterpretaram com base na adição de novos elementos ou ênfases. Embora a menção de pontos em comum entre todas as correntes não deixe de ser razoável, conclui-se que o conservadorismo é bastante plural, partindo da ojeriza de Burke ao jacobinismo, passando pelo reacionarismo radical e reversionista de nomes como Maistre e Maurras, pelo ceticismo e pelas convergências com o liberalismo. O conservadorismo, portanto, é intrinsecamente diverso no espaço e no tempo, permeando, inclusive, esferas comportamentais que eventualmente estão alheias à política (como supõe a “disposição” conservadora que Oakeshott identifica na *psique* das sociedades).

Mas o neoconservadorismo, sem aderir ao reversionismo antissistêmico dos reacionários, se difere dos conservadorismos anteriores. Se a gênese do movimento esteve ligada ao desencanto de liberais de esquerda com certas ações do Partido Democrata, o neoconservadorismo consolida sua identidade a partir da ênfase que emprega na promoção dos valores morais quase sempre inspirados em doutrinas religiosas. De acordo com as convicções neoconservadoras de autores como Irving Kristol e Jeane Kirkpatrick, essa tarefa parece constituir um dever político, um esforço de “guerra cultural”. Assim, o neoconservadorismo é diferente do liberalismo e

também do conservadorismo histórico justamente porque concebe a política como uma ação verdadeiramente missionária: além de manter as instituições tradicionais, deve moralizar a sociedade a partir dos ensinamentos divinos, mesmo em uma ordem democrática.

Ademais, nasce daí um modo bastante enérgico de se implantar a política externa. Contando com inúmeros adeptos no interior do Partido Republicano e na sociedade civil estadunidense após aquele fatídico onze de setembro, a projeção externa dos Estados Unidos, na acepção dos *neocons*, deve ser operada sob a égide da intransigência que é portada pelo crente que realiza seu proselitismo. Embora a democracia e o livre mercado sejam permanentes questões de fundo, o neoconservadorismo aposta especialmente no chamado “excepcionalismo americano” fundamentado pela moral religiosa que coloniza o campo político e questiona princípios elementares do Estado laico. Deus abençoa a América e lhe guiará no combate à heresia maometana e aos pecados das esquerdas e dos movimentos de contracultura.

Daí porque a inquestionável influência dos neoconservadores nas altas esferas decisórias do Partido Republicano e do próprio governo norte-americano (como nos casos de Reagan e George W. Bush) possa suscitar novas inflexões na política externa do país no porvir, fato que naturalmente geraria efeitos em todo o sistema internacional. Nesse sentido, não é de todo anômalo conceber que o neoconservadorismo demonstra vigor suficiente para se expandir (inclusive para além dos Estados Unidos, se for capaz de adequar-se a diferentes contextos), de modo que sua análise parece ser importante para as Ciências Humanas e para as Relações Internacionais do tempo presente.

O fato de que aquela “guerra cultural” proclamada por neoconservadores e religiosos direitistas tenha migrado do mero mundo das ideias para o âmbito das políticas públicas (como se verifica em determinados programas governamentais concebidos pelo “*compassionate conservatism*”) permite-nos inferir que o crescente protagonismo de atores religiosos de matriz conservadora em parlamentos de vários países torna o tema importante não só para os Estados Unidos.

Como ocorre naquele país, a conformação das estratégias políticas de candidatos à presidência da república – e, por consequência, dos seus respectivos partidos – à pauta construída pelo campo religioso se explica pela aderência de valores religiosos em partes expressivas do eleitorado e pela expressividade que tais grupos ordinariamente possuem nos parlamentos, em organizações da sociedade civil e em determinados partidos políticos. Diante desses elementos, o caso do neoconservadorismo e o *modus operandi* da direita religiosa nos Estados Unidos podem servir de parâmetros para possivelmente se distinguir alguma previsibilidade no comportamento futuro dos atores religiosos que ora operam em outros contextos, como o brasileiro. Ainda que modestamente, o presente artigo também ambicionou suscitar essa reflexão.

Recebido em 15.10.2014  
Aprovado em 09.12.2014